



Balanço a Seis Meses da Tempestade

Kristin

Recuperação, Resiliência e Reindustrialização nos 10 Municípios da
Região de Leiria

Síntese

Seis meses após a tempestade «Kristin», a Região de Leiria apresenta um balanço de recuperação com avanços concretos - do apoio financeiro do BPF à criação da Universidade de Leiria e Oeste -, mas também com dificuldades persistentes que exigem resposta adicional e sustentada, particularmente na habitação, nas infraestruturas, edifícios públicos e no reforço da capacidade orçamental municipal. O papel dos municípios e da proteção civil como primeira linha de resposta deve continuar a ser reconhecido e reforçado com meios adequados.

**Comunidade Intermunicipal
Região de Leiria**
28 de julho de 2026

(página deixada propositadamente em branco)

DOCUMENTO ESTRATÉGICO

Balanço a Seis Meses da Tempestade Kristin

Recuperação, Resiliência e Reindustrialização nos 10 Municípios da Região de Leiria

28 de janeiro de 2026 - 28 de julho de 2026

Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria

Índice

Súmula Executiva	4
1. Enquadramento.....	4
2. Síntese das Intervenções de Recuperação	5
2.1 Habitação	5
2.2 Empresas e Tecido Produtivo	5
2.3 Infraestruturas Públicas	6
2.4 Floresta.....	6
2.5 Ambiente	6
3. O Papel dos Municípios e da Proteção Civil	7
4. Medidas Positivas já Operacionalizadas.....	7
5. Dificuldades Persistentes	8
6. Três Medidas Estratégicas para a Recuperação, Resiliência e Reindustrialização	8
Conclusão	9

Súmula Executiva

Seis meses após a passagem da tempestade Kristin, a 28 de janeiro de 2026, os 10 municípios da Região de Leiria - Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós - apresentam um balanço de recuperação com progressos assinaláveis, mas também com fragilidades que exigem resposta continuada. **O território foi o mais atingido do país por este episódio, com perdas económicas, habitacionais e florestais de grande magnitude**, num dos motores industriais e exportadores mais relevantes fora da Área Metropolitana de Lisboa e do Porto.

Este documento sintetiza o estado da recuperação nos domínios da habitação, das empresas, das infraestruturas públicas, da floresta e do ambiente, apoiando-se nas conclusões do Relatório da Presidência Aberta realizada entre 6 e 10 de abril de 2026, e identifica os avanços mais relevantes, entre os quais se destacam a criação da Universidade de Leiria e Oeste e a mobilização dos instrumentos financeiros do Banco Português de Fomento (BPF) de apoio às empresas.

Persistem, contudo, dificuldades estruturais: habitações sem telhado definitivo ou ainda cobertas por lonas e plásticos; persistência na precaridade das comunicações; obras de reparação em tribunais da Comarca de Leiria ou de instalações das forças de segurança cuja conclusão os respetivos ministérios só preveem para o final do ano; e situações no terreno, em que os prejuízos não estão totalmente colmatados, obrigando autarquias a mobilizar verbas próprias perante a insuficiência dos apoios centrais.

O documento conclui com a proposta de três medidas estratégicas, complementares entre si, como alavanca de recuperação, resiliência e reindustrialização da Região de Leiria: (1) a fixação de um grande investimento âncora, público ou privado, suportado por uma grande área de localização empresarial; (2) a constituição de uma região piloto de resiliência energética e de comunicações, com linhas subterrâneas e redundâncias por satélite; e (3) a criação de um hub de inovação de apoio à reindustrialização, em parceria com a Universidade de Leiria e Oeste, potenciando uma Zona Livre Tecnológica (ZLT) regional.

1. Enquadramento

A tempestade Kristin, integrada num comboio de tempestades que atingiu o Centro do país entre finais de janeiro e início de março de 2026, teve incidência particularmente severa na Região de Leiria. Só no distrito de Leiria foram apontadas estimativas entre 5 e 8 milhões de árvores derrubadas ou severamente afetadas, um sinal da dimensão do fenómeno num território de forte expressão industrial e florestal.

Entre 6 e 10 de abril de 2026, o Presidente da República realizou uma Presidência Aberta nos territórios do Centro afetados, incluindo Leiria, Marinha Grande e outros concelhos da região, contactando populações, autarcas, empresários e serviços públicos. O relatório resultante desse exercício de escuta direta constitui a principal base factual deste documento, complementado por elementos mais recentes recolhidos no terreno.

Passados seis meses sobre o evento, este documento procura fazer um ponto de situação objetivo: o que foi feito, o que está a funcionar bem, o que permanece por resolver e que medidas estruturais devem ser tomadas para transformar esta crise numa oportunidade de reindustrialização e reforço da resiliência territorial.

2. Síntese das Intervenções de Recuperação

2.1 Habitação

A componente habitacional foi a mais expressiva no universo dos sinistros. Segundo a Associação Portuguesa de Seguradores (APS), à data de 16 de abril de 2026 tinham sido registadas 193.318 participações de sinistros, com um custo apurado de 1.085,9 milhões de euros e 358,8 milhões de euros já pagos; só o segmento da habitação representava 159.401 sinistros, 518,9 milhões de euros de custo e 262,9 milhões de euros pagos. A Região de Leiria concentrava a maior fatia destes custos, seguida por Ourém.

No apoio público à reconstrução, a Estrutura de Missão registava 35.905 candidaturas para reconstrução de habitações, das quais apenas 3.068 tinham sido pagas e 2.400 indeferidas (cerca de 40%), com cerca de 3.000 em fase de "repescagem" para correção de insuficiências formais. Municípios como Leiria criaram gabinetes específicos para apoiar os munícipes na instrução de processos, articulando ação social, apoio psicológico, segurança social, Autoridade Tributária e seguradoras - suprindo, na prática, um défice de simplicidade do próprio regime de apoio.

Seis meses volvidos, este esforço traduziu-se em milhares de reparações concluídas e num acompanhamento de proximidade que só a escala municipal permitiu assegurar. Ainda assim, subsistem habitações sem telhado definitivo ou cobertas por lonas e plásticos, com autarcas e moradores a apontarem a carência de apoios financeiros e a escassez de mão de obra na construção civil como principais entraves à conclusão das obras.

2.2 Empresas e Tecido Produtivo

A Região de Leiria representa cerca de 20% do PIB nacional fora de Lisboa e Porto, mais de 36% do emprego industrial e mais de 28% das exportações do país, pelo que o choque económico da tempestade teve alcance nacional. Estima-se que a destruição ainda por apurar tenha rondado 40% da riqueza anual da região, equivalente a cerca de 1,5% do PIB nacional. Marinha Grande foi um dos concelhos mais devastados, com prejuízos avaliados em 143 milhões de euros, incluindo a destruição de duas das cinco fábricas de um grupo industrial de moldes.

O Banco Português de Fomento (BPF) desempenhou um papel central na resposta financeira às empresas: em 60 dias, as suas linhas de apoio à reconstrução receberam 8.702 candidaturas, correspondentes a 1.740 milhões de euros em operações, das quais 6.685 (cerca de 90%) já tinham financiamento disponível, num montante de 1.426 milhões de euros. A Região de Leiria concentrou, de longe, o maior volume de financiamento candidatado - 828 milhões de euros, face a 309 milhões em Santarém e 212 milhões em Coimbra. Foi ainda criado um regime transitório de auto-declaração de danos para evitar a exclusão imediata de candidaturas sem peritagem independente.

Estes instrumentos foram decisivos para evitar encerramentos em massa, mas o terreno revelou limitações: bancos a exigirem avais pessoais e hipotecas mesmo em operações com garantia pública, e a percepção, generalizada entre empresários, de que "a solução não pode ser mais crédito" para negócios já fragilizados. **O reforço de instrumentos de capitalização e de mecanismos extraordinários específicos para catástrofes mantém-se, por isso, uma prioridade.**

2.3 Infraestruturas Públicas

O sistema elétrico foi um dos mais severamente afetados: a E-REDES reportou interrupção de fornecimento a cerca de um milhão de clientes, danos em 47 subestações AT/MT, mais de 6.000 km de rede e mais de 8.700 postos de transformação, tendo mobilizado cerca de 2.700 pessoas e 500 geradores para alimentação temporária. A rede de transporte de energia manteve-se globalmente estável, confirmando que a fragilidade principal reside na rede de distribuição, sobretudo aérea. **Pior cenário constata-se ao nível das comunicações, cuja reposição de rede e cobertura de internet foram sucessivamente retardadas e com instalações provisórias.**

Seis meses depois, está em curso o enterramento seletivo da linha de média tensão entre a Praia da Vieira e a Marinha Grande, um exemplo concreto de reposição com reforço de resiliência que a Região de Leiria defendeu expressamente durante a Presidência Aberta. Ao nível da rede de comunicações móveis e de dados a reposição continua a fazer-se de forma lenta, sem resiliência e persistem falhas de serviço. **Também registam-se obras públicas por concluir:** intervenções de reparação em estradas nacionais, em tribunais e edifícios das forças de segurança afetados pela depressão ainda não conhecem um prazo, o que penaliza os territórios da região.

2.4 Floresta

A floresta foi simultaneamente uma das maiores vítimas da tempestade e um dos maiores desafios subsequentes. A queda massiva de árvores, com estimativas de 5 a 8 milhões de exemplares só no distrito de Leiria, duplicou em muitas áreas a biomassa combustível disponível, elevando substancialmente o risco de incêndio para a época seguinte. O Pinhal de Leiria, património florestal e paisagístico de referência nacional, foi particularmente atingido.

A resposta operacional privilegiou a remoção prioritária de material caído junto de habitações, aglomerados populacionais e estruturas críticas, complementada por linhas de crédito com garantia pública para operadores florestais e industriais da fileira da madeira, num esforço para tratar a madeira derrubada não como resíduo, mas como recurso económico estratégico. **Seis meses depois, a limpeza de acessos e zonas prioritárias está em curso avançado, mas a recuperação estrutural da floresta - gestão da propriedade rústica, agregação de parcelas e reflorestação - é um trabalho de médio e longo prazo que urge não perder de vista.**

2.5 Ambiente

No plano ambiental, a Presidência Aberta destacou o valor de soluções baseadas na natureza - renaturalização de linhas de água, corredores verdes, bacias de retenção e o conceito de cidades-esponja - como resposta estrutural ao aumento da precipitação extrema e ao risco de cheias. **Na Região de Leiria, a recuperação da frente marítima,**

das praias e da envolvente natural, incluindo o próprio Pinhal de Leiria, foi identificada como condição necessária para a recuperação plena do turismo costeiro em zonas como Vieira de Leiria.

Seis meses após o evento, a integração destas soluções no ordenamento do território regional está ainda numa fase inicial, dependendo da consolidação de instrumentos intermunicipais de planeamento e da alocação de investimento dedicado - uma condição para que a região entre nos próximos invernos em condições mais seguras do que as verificadas em janeiro de 2026.

3. O Papel dos Municípios e da Proteção Civil

Ao longo destes seis meses, os municípios da Região de Leiria, os Bombeiros e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) constituíram a primeira linha de resposta e o principal garante de proximidade às populações afetadas. Os municípios assumiram, em simultâneo, o papel de porta de entrada administrativa, filtro técnico de validação de danos, intérprete dos regimes de apoio e entidade de acolhimento social - uma sobrecarga de funções que a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) sublinhou repetidamente ao longo do processo.

A criação de gabinetes municipais dedicados, como o de Leiria, permitiu articular ação social, apoio psicológico, segurança social, Autoridade Tributária e seguradoras num único ponto de contacto, reduzindo o atrito que muitas famílias e empresas enfrentariam de outra forma. A ANEPC valorizou, por seu turno, o "patamar municipal" como o nível mais adequado de resposta imediata, pela proximidade ao território e conhecimento direto das realidades locais, num quadro de subsidiariedade que se revelou essencial.

Esta experiência confirma uma conclusão central da Presidência Aberta: a resposta a riscos extremos não pode ficar confinada às fronteiras municipais, exigindo reforço de meios, de capacidade técnica e de articulação entre municípios, Comunidade Intermunicipal, CCDR, administração central e proteção civil. **O reconhecimento do esforço autárquico e da proteção civil deve traduzir-se, doravante, em maior capacitação técnica e financeira destas estruturas, e não apenas em reconhecimento simbólico.**

4. Medidas Positivas já operacionalizadas

Entre as respostas já em execução, duas medidas destacam-se pelo seu alcance estrutural e pelo seu potencial de transformação duradoura do território, para além da resposta imediata à emergência:

Criação da Universidade de Leiria e Oeste

A criação da Universidade de Leiria e Oeste constitui um marco relevante para a capacitação científica e tecnológica da região, reforçando a sua capacidade de fixar talento qualificado, apoiar a inovação empresarial e ancorar processos de reindustrialização e diversificação económica. Esta nova instituição de ensino superior deve ser entendida não apenas como resposta à crise, mas como investimento estrutural na competitividade futura da Região de Leiria e Oeste.

Instrumentos Financeiros do Banco Português de Fomento

A mobilização das linhas de apoio à reconstrução do BPF revelou-se um instrumento determinante de resposta às empresas afetadas, com 1.426 milhões de euros já disponibilizados a cerca de 90% das operações candidatas em apenas 58 dias, dos quais 828 milhões de euros na Região de Leiria. A introdução de um regime transitório de auto-declaração de danos, para ultrapassar a exigência inicial de peritagem independente, é um exemplo positivo de adaptação célere de um instrumento financeiro à urgência real das empresas.

5. Dificuldades Persistentes

a) Habitações afetadas

Subsistem habitações sem telhado definitivo ou ainda cobertas por lonas e plásticos, seis meses após a tempestade. Autarcas e moradores apontam como causas principais a carência de apoios financeiros suficientes e atempados, e a escassez de mão de obra qualificada na construção civil, incapaz de responder à procura excecional gerada pela reconstrução simultânea de milhares de habitações.

b) Infraestruturas e Edifícios públicos

A reposição integral de infraestruturas essenciais ao nível das comunicações e das rodovias são objetivos ainda longe de estarem concluídos, agravados pelos custos adicionais diários que a persistência destes danos comportam para os cidadãos e empresas. Vários edifícios públicos afetados pela depressão em domínios como a Justiça ou a Segurança só deverão ficar concluídas até ao final do ano de 2026. Este prazo alargado tem impacto direto no funcionamento de serviços públicos essenciais na região, penalizando cidadãos, empresas e o próprio Estado de direito ao nível local.

c) Prejuízos municipais avultados

Em zonas severamente atingidas como Vieira de Leiria (Marinha Grande), os prejuízos continuam por colmatar na totalidade. A exiguidade das ajudas centrais face à real dimensão dos danos tem forçado algumas autarquias a avançar com verbas próprias para garantir a reconstrução de infraestruturas de apoio, comércio local e espaço público, evidenciando um desequilíbrio entre a escala do problema e a capacidade orçamental municipal disponível para lhe responder.

6. Três Medidas Estratégicas para a Recuperação, Resiliência e Reindustrialização

A experiência destes seis meses confirma que a resposta à tempestade «Kristin» não se pode esgotar na reparação de danos. Propõem-se três medidas estruturantes, com horizonte de médio e longo prazo, capazes de transformar esta crise numa alavanca de desenvolvimento para a Região de Leiria:

1. Investimento Âncora e Grande Área de Localização Empresarial

Fixação de um grande investimento âncora, de natureza pública ou privada, na Região de Leiria, através da definição de uma grande área de localização empresarial (ALE) destinada a acolher investimentos de referência no território, em linha com o anunciado pelo Governo no âmbito do designado PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência). Esta área deve oferecer solo qualificado, infraestruturas robustas e um quadro de licenciamento célere, servindo simultaneamente de resposta à necessidade de realocação de empresas afetadas e de motor de atração de novo investimento produtivo, consolidando a Região de Leiria como destino preferencial de investimento industrial em Portugal.

2. Região Piloto de Resiliência Energética e de Comunicações

Constituição da Região de Leiria como território piloto em matéria de resiliência energética e de comunicações, com reforço do investimento em linhas subterrâneas de distribuição elétrica - dando continuidade ao exemplo já em curso entre a Praia da Vieira e a Marinha Grande - e implementação de redundâncias por via satélite e outras soluções de comunicações de emergência. Esta medida responde diretamente à principal fragilidade identificada na Presidência Aberta: a insuficiente redundância da rede de distribuição elétrica e das telecomunicações em cenários de evento extremo.

3. Hub de Inovação para a Reindustrialização

Implementação de um hub de inovação de apoio à reindustrialização da região, em parceria com a nova Universidade de Leiria e Oeste, potenciando a criação de uma Zona Livre Tecnológica (ZLT) regional e a dinamização de projetos nas áreas da descarbonização, das energias renováveis e da digitalização. Este hub deve funcionar como interface entre o conhecimento científico gerado na nova universidade e as necessidades concretas de modernização, capitalização tecnológica e diversificação do tecido industrial da Região de Leiria, transformando a experiência da reconstrução em vantagem competitiva duradoura.

Conclusão

Seis meses após a tempestade «Kristin», a Região de Leiria apresenta um balanço de recuperação com avanços concretos - do apoio financeiro do BPF à criação da Universidade de Leiria e Oeste -, mas também com dificuldades persistentes que exigem resposta adicional e sustentada, particularmente na habitação, nas infraestruturas, edifícios públicos e no reforço da capacidade orçamental municipal. **O papel dos municípios e da proteção civil como primeira linha de resposta deve continuar a ser reconhecido e reforçado com meios adequados.**

As três medidas estratégicas propostas - investimento âncora e área de localização empresarial, região piloto de resiliência energética e de comunicações, e hub de inovação para a reindustrialização - **constituem um caminho coerente para transformar esta crise numa oportunidade de desenvolvimento estrutural, consolidando a Região de Leiria como território mais resiliente, mais competitivo e mais preparado para os desafios climáticos futuros.**